

RESUMO

As transformações sociais operadas a partir da adesão do nosso país à Comunidade Europeia levaram a que o sistema político respondesse com reformas tendentes a descentralizar responsabilidades do sistema educativo na comunidade local, reformas operacionalizadas em vários diplomas legais que emergiram a partir da Lei de Bases do Sistema Educativo, (Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro) e que ganharam força com o novo Regime de Autonomia, Administração e Gestão (D.L. n.º 115-A/98 de 4 de Maio).

O processo de autonomia consubstancia-se na descentralização administrativa e nos Projectos Educativos de Escola, implicando parceiros: comunidade local, sociedade civil e comunidade escolar. Esses projectos pretendem-se portadores de práticas inovadoras, de lideranças fortes, numa organização de referência e de uma gestão eficaz.

Apesar de alguns constrangimentos, as cartas educativas e a constituição de agrupamentos conferem novo impulso à natureza do sistema educativo, reorganizando a rede de estabelecimentos de ensino. Disserta-se sobre a constituição dos agrupamentos de escola e apresenta-se um olhar sobre as lógicas da sua implementação.

Na segunda parte do trabalho é tratada a fundamentação empírica e definida metodologia de investigação nas suas várias vertentes, analisadas e apresentados os resultados.

Sendo a mudança um processo complicado necessita de tempo, espaço e vontade de mudar por parte dos actores no terreno. Foi isso que se tentou perceber no âmbito da nossa investigação – qual o impacto dos agrupamentos na gestão, administração das escolas do ensino básico.

Em considerações finais apresentam-se as opiniões dos vários actores do agrupamento, tendo consciência que o estudo enferma de debilidades atinentes à modalidade de estudo adoptada.

Palavras-chave: Agrupamento; Articulação; Autonomia; Gestão; Projecto Educativo